

POTENCIALIZANDO AS ATIVIDADES ACADÊMICAS DE GRADUAÇÃO POR MEIO DAS PARCERIAS COM A SOCIEDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Profa. Dra. Luciana Gurgel Guida SIQUEIRA¹

Prof. Dr. Daniel Paz ARAÚJO²

Profa. Dra. Ana Maria Vieira FERNANDES³

Prof. Me. Antônio José dos SANTOS⁴

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é apresentar uma análise histórica dos convênios assinados pela Universidade desde 2012 e, também, apontar como o grupo de trabalho, responsável pelas atividades das parcerias, focou sua ação e esforços para aprimorar a qualidade dessa relação no ano de 2018. Atualmente, a PROGRAD tem sete parcerias firmadas para o desenvolvimento de trabalhos em cooperação técnica, científica e acadêmica, além de mais quatro convênios em estágio de tramitação interna. Os dados obtidos durante os sete anos de existência das parcerias revelaram não só a importância dos convênios para o aprimoramento profissional e técnico dos alunos da Universidade, mas também indicaram a necessidade de pensar e propor um fluxo que abrangesse a complexidade e dinamismo das ações e as diversas possibilidades de trabalho. Os fluxos foram construídos pelos integrantes do GT em cooperação com os entes parceiros, durante o ano de 2018, e são apresentados neste trabalho.

Palavras-chave: Graduação. Ensino. Sociedade. Parcerias.

1. INTRODUÇÃO E HISTÓRICO DAS PARCERIAS

A Pontifícia Universidade Católica de Campinas foi fundada em 7 de junho de 1941, sendo considerada a mais antiga Universidade do interior paulista. Em 1955, a então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras recebeu o nome de

Universidade Católica e, na data de 1972, recebeu o título de Pontifícia pelo Papa Paulo VI. Desde sua fundação, tem a preocupação com a qualidade do desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão, e o comprometimento com esse tripé, assim como com a formação ética e com a divulgação de valores ético-cristãos, evidenciados em sua missão:

¹ Integradora Acadêmica de Graduação do Centro de Ciências da Vida, Professora da Faculdade de Psicologia e representante do CCV no GT Integração Graduação e Sociedade. E-mail: lgurgel@puc-campinas.edu.br.

² Integrador Acadêmico de Graduação do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias, Professor da Faculdade de Engenharia de Computação, Faculdade de Análise de Sistemas e representante do CEATEC no GT Integração Graduação e Sociedade. E-mail: daniel.araujo@puc-campinas.edu.br.

³ Integradora Acadêmica de Graduação do Centro de Linguagem e Comunicação, Professora da Faculdade de Turismo e representante do CLC no GT Integração Graduação e Sociedade. E-mail: ana.fernandes@puc-campinas.edu.br.

⁴ Integrador Acadêmico de Graduação do Centro de Economia e Administração, Professor da Faculdade de Ciências Contábeis, Faculdade de Administração e representante do CEA no GT Integração Graduação e Sociedade. E-mail: antonio.santos@puc-campinas.edu.br.

(...) a partir de valores ético-cristãos, considerando as características socio-culturais da realidade, tem como missão produzir, sistematizar e socializar o conhecimento por meio de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando à capacitação profissional de excelência, à formação integral da pessoa humana e à contribuição com a construção de uma sociedade justa e solidária (PORTAL PUC-CAMPINAS, 2018).

Considerando a missão da Universidade, a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) busca viabilizar convênios para o desenvolvimento de trabalhos em cooperação técnica, científica e acadêmica. Nesse sentido, a parceria com o Ministério Público Federal de Campinas, assinada em 2012, foi um marco no desenvolvimento de projetos de cooperação. Como aponta Ferraz *et al.* (2014), “o papel da PUC-Campinas seria o de fornecer subsídios ao Ministério Público Federal (MPF) sobre a realidade social, com o objetivo de aprimorar o conhecimento científico existente e, assim, criar

instrumentos para a ‘desjudicialização’ de questões que afligem o cidadão comum” (p. 6). Ainda de acordo com os autores, os objetivos imediatos da parceria seriam de, entre outros, promover uma construção coletiva de ação a partir de demandas relevantes da vida real, estimular a cidadania e possibilitar ao aluno o desenvolvimento de uma ação intelectual autônoma. Após a assinatura do convênio com o MPF, outras instituições públicas e privadas procuraram a Universidade interessadas nessa troca de conhecimentos, e novos acordos foram assinados, conforme indicado no Quadro 1.

A seguir, serão descritas de forma breve as atividades-fim das sete instituições parceiras exibidas no quadro anterior.

1. Ministério Público Federal de Campinas: o Ministério Público Federal desenvolve ações para fiscalizar a lei nas áreas cível, criminal e eleitoral; também atua preventivamente, mediante recomendações, audiências públicas e na promoção de acordos.

A parceria com a Universidade foi criada com o intuito de possibilitar ações de cooperação técnica, operacional, científica e acadêmica, mediante o envolvimento em projetos temáticos de

Quadro 1: Convênios assinados com a PROGRAD – PUC-Campinas

INSTITUIÇÃO	ASSINATURA DA PARCERIA
1. Ministério Público Federal (MPF)	Maior / 2012 Em fase de Renovação / 2018
2. Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Campinas (SVDS)	Abril / 2015
3. Centro Promocional Tia Ileide (CPTI)	Dezembro / 2016
4. Penitenciária Feminina de Campinas	Março / 2017
5. Fundação José Pedro de Oliveira - FJPO (Mata Santa Genebra)	Junho / 2017
6. Instituição Padre Haroldo Rahm	Junho / 2017
7. Departamento de Água e Esgoto de Valinhos - DAEV	Junho / 2017

Fonte: PROGRAD. Elaborado pelos autores, 2018.

interesse do MPF, ou seja, resultantes de problemas públicos. Os trabalhos desenvolvidos por professores e alunos podem aperfeiçoar o conhecimento científico e contribuir para o enfrentamento de problemas que afetam a sociedade. As diversas áreas de ação do MPF possibilitam a participação de várias Faculdades.

2. Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Campinas (SVDS): faz parte da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Campinas. Suas diversas competências englobam a definição e a implementação de programas e projetos na área de meio ambiente, tais como: conservação, proteção e recuperação do meio ambiente; regularização e estabelecimento de padrões e normas ambientais; melhoria da qualidade ambiental; gestão ambiental; fiscalização, controle e monitoramento de empreendimentos e atividades que possam gerar degradação ambiental; administração de sanções nos casos de constatação de danos causados ao meio ambiente dentro da sua competência legal; coordenação e supervisão de políticas de educação ambiental; contribuição no aumento do espaço verde urbano; sugestão e criação de unidades de conservação ambiental no município; estimulação à participação da comunidade nos processos de formação e gestão de políticas públicas ambientais e proteção ao bem-estar dos animais.

Devido ao caráter amplo de ação do ente conveniado, muitas Faculdades podem ser englobadas, entre elas a de Ciências Biológicas, Engenharia Ambiental, Medicina Veterinária, Arquitetura e Urbanismo, Direito, Turismo, Jornalismo, Relações Públicas, Pedagogia e Psicologia.

3. Centro Promocional Tia Ileide (CPTI): instituição de assistência social e educação não formal que atua no atendimento e na promoção da garantia de direitos de crianças, adolescentes e de grupos familiares, contribuindo para o desenvolvimento social e cultural de milhares de pessoas do Distrito de Nova Aparecida, região norte de Campinas-SP.

A parceria com a Universidade objetiva o desenvolvimento de trabalhos integrados e de interesse recíproco nas áreas da saúde, social, econômica/administrativa e educacional, princi-

palmente os projetos com foco em fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, convivência e educação ambiental.

4. Penitenciária Feminina de Campinas: penitenciária localizada em Campinas, no Bairro São Bernardo, que abriga presas do sexo feminino.

A parceria com a Universidade visa ao desenvolvimento de trabalhos em cooperação, com foco em diferentes perfis profissionais e atividades, pois a realidade da instituição permite o desenvolvimento de projetos nas áreas da saúde, social, econômica e educacional. Anualmente, a instituição organiza a “Jornada da Empregabilidade e Cidadania” que envolve atividades variadas com as reeducandas e suas famílias, entre elas: mutirão de ação de saúde, estética, registro civil, exames, consultoria jurídica e assuntos de interesse das reeducandas, com possibilidade de envolvimento dos professores e alunos da graduação.

5. Fundação José Pedro de Oliveira – FJPO (Mata Santa Genebra): essa instituição é uma Unidade de Conservação com fins científicos e culturais, localizada no município de Campinas-SP. Suas principais atividades são relacionadas à conservação e à educação, como a recuperação florestal e o monitoramento e manejo de espécies exóticas de flora e fauna. Além disso, tem um Borboletário para possibilitar estudos científicos de espécies de borboletas da Mata Atlântica. A instituição também possui diversos projetos de educação ambiental voltados tanto para a comunidade aberta, como para escolas, universidades e instituições.

A natureza das atividades desenvolvidas pela instituição permite que alunos e professores de áreas como a de Engenharia Ambiental, Ciências Biológicas, Medicina Veterinária, Arquitetura e Urbanismo, e outras afins, possam realizar projetos integrados.

6. Instituição Padre Haroldo Rahm: entidade filantrópica, localizada na cidade de Campinas, que atua em programas de prevenção, acolhimento residencial, recuperação e trabalho/renda. Além disso, promove cuidados e educação para pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social e/ou de saúde, contribuindo para a inclusão social, por meio de diferentes modelos e programas de atendimento.

Assim como em outras parcerias, os projetos podem focar diversas áreas, incluindo a de saúde, a social, a econômica e a educacional.

7. Departamento de Água e Esgoto de Valinhos – DAEV: o DAEV é uma autarquia da Prefeitura de Valinhos, uma personalidade jurídica pública, com autonomia econômico-financeira e administrativa. Atualmente, administra 580 quilômetros de redes de esgotos e trata 27 milhões de litros de água por dia.

As competências da DAEV passam por estudar, projetar e executar, diretamente ou mediante contrato com organizações especializadas em engenharia sanitária, as obras relativas à construção, ampliação ou remodelação dos sistemas de abastecimento de água potável e de esgotos sanitários; operar, manter, conservar e explorar os serviços de água potável e de esgotos sanitários; lançar, fiscalizar e arrecadar tarifas, taxas e contas dos serviços de água e esgoto; e exercer quaisquer outras atividades relacionadas aos sistemas municipais de águas e esgotos compatíveis com as leis em vigor.

O convênio com a Universidade possibilita o desenvolvimento de trabalhos integrados com foco principal na área ambiental, de engenharia e outras áreas afins, a partir de projetos de interesse mútuo entre a instituição e a Universidade.

Alguns convênios ainda estão em fase de tramitação nas instâncias internas da Universidade ou do ente conveniado, entre eles podem-se citar: Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI); Departamento de Educação e Cultura do Exército; Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira (em fase de renovação); e Demacamp Planejamento Projeto e Consultoria.

A ação da Universidade nas parcerias funciona mediante a assinatura de um convênio legalmente firmado, com foco na colaboração e desenvolvimento de trabalhos diversos. Os projetos podem ser propostos pelo próprio ente conveniado mediante demanda interna ou criado em parceria com a Faculdade (direção e professor), sendo necessária a consideração do Projeto Pedagógico do Curso envolvido, bem como os planos de ensino das disciplinas (nas modalidades estágios obriga-

tórios, disciplinas práticas e TCC). Segundo Lopes, Ferreira e Muzzetti (2016), os convênios firmados até o momento não envolvem o uso direto de recursos financeiros e não comprometem a autonomia científica da Universidade, pois pressupõem uma integração das atividades acadêmicas com as ações requeridas pelas parcerias. Os autores ressaltam também que a função do professor seria a de “articular os conteúdos cursados com os de necessidade do projeto, ajudando o aluno a transpor a barreira teórica e terminológica de sua disciplina, para auxiliar na construção do caráter interdisciplinar do trabalho discente” (p. 20). Em algumas parcerias, como da Secretaria do Verde e Desenvolvimento Sustentável (SVDS), o aluno bem como o professor podem contar com o acesso a dados de interesse que estejam de posse da Prefeitura e, também, com a colaboração de técnicos da SVDS que cooperam no desenvolvimento de projetos integrados e de interesse mútuo.

2. IMPORTÂNCIA DAS PARCERIAS

Desde o início do estabelecimento das parcerias, há sete anos, frutíferos trabalhos foram desenvolvidos, sendo que alguns deles resultaram em artigos para a *Revista Série Acadêmica*. Ferraz *et al.* (2014) relataram o envolvimento das Faculdades na inovadora parceria com o Ministério Público Federal de Campinas e mencionaram que:

Com a parceria, o MPF-Campinas disponibiliza aos acadêmicos elementos de estudo, orientação em atividades de formação de cidadania ativa, colaboração e apoio a entidades, principalmente órgãos públicos, a fim de promover estudos para solução de problemas sociais, com fomento na capacidade de trabalhar em grupos multidisciplinares, na aquisição do conhecimento transversal e na capacitação ao conhecimento matricial. (p.6).

Ainda de acordo com os autores, inicialmente os alunos e professores se envolveram em

quatro projetos de interesse do MPF: “Teia Social” (participação de cinco Faculdades), “Qualidade de Atendimento do INSS” (participação de seis Faculdades), “Impactos Sociais de Empreendimentos Urbanos” (participação de treze Faculdades) e “Desenvolvimento Estratégico” (participação de cinco Faculdades). As modalidades de atuação variaram entre as Faculdades, com projetos vinculados a Trabalhos de Conclusão de Curso, Atividades Complementares, Disciplinas Práticas e Estágio Obrigatório. Segundo Ferraz *et al.* (2014), foi possível concluir que os trabalhos realizados demonstraram a “capacidade da Universidade em responder aos anseios da sociedade e de envolver em assuntos que dizem respeito à comunidade” (p. 15).

Em 2016, quatro anos após a assinatura do convênio entre a PUC-Campinas e o MPF- Campinas, os autores Lopes, Ferreira e Muzzeti (2016) também descreveram dados da parceria com o MPF, considerando os projetos realizados e os resultados. Como foi descrito anteriormente, as atuações junto ao MPF ocorrem mediante projetos que se originam e se organizam a partir de problemas públicos. Um desses projetos, denominado “Avaliação da Qualidade do Atendimento nas Agências do INSS”, teve a participação de professores e alunos da Universidade e resultou em materiais disponibilizados à sociedade por meio da *internet* e em ações desenvolvidas junto ao órgão gestor, no caso o INSS, que adotou medidas para resolver os problemas levantados pelos alunos envolvidos. Em outro projeto, o “Habitação Social”, professores e alunos, em especial da Faculdade de Arquitetura, desenvolveram trabalhos variados para ajudar na compreensão de um modelo de empreendimento habitacional que recebe financiamento do poder público federal e tem um amplo interesse social, bem como dos efeitos colaterais de tais projetos no território (empreendimento habitacional), resultando em bagagem teórica que possibilita a análise de casos semelhantes pelo MPF no futuro.

Para Lopes, Ferreira e Muzzeti (2016), outro assunto de interesse do MPF que resultou em estudos com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo em cooperação com a FATEC de Jundiá foi o projeto relacionado a “Avaliação dos Planos Municipais na Gestão de Resíduos Sólidos” na re-

gião. O projeto temático relacionado ao “Sistema Prisional” resultou em projetos de várias Faculdades (Medicina, Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Odontologia, Fisioterapia, Psicologia, Ciências Sociais, Serviço Social e Geografia), cujo foco era oferecer informações de diferentes fontes e vieses profissionais sobre a complexa situação do sistema prisional brasileiro, principalmente no que concerne ao atendimento por parte das unidades prisionais às legislações e acordos internacionais, visando à garantia dos direitos humanos dos sujeitos aprisionados.

Pereira *et al.* (2016) relataram dois projetos desenvolvidos pelo Programa de Ensino Tutorial (PET) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, vinculados ao convênio com a Secretaria do Verde e Desenvolvimento Sustentável (SVDS) da Prefeitura de Campinas. A partir de demandas da SVDS de Campinas por projetos de requalificação de áreas centrais e periféricas da cidade, o grupo do PET se interessou pelo desenvolvimento de um parque linear em uma região periférica e pela elaboração de cenários que futuramente poderiam permitir um melhoramento da paisagem urbana na região central da cidade. Tal projeto aconteceu com o apoio de técnicos de diferentes áreas de formação da prefeitura (arquitetos, geógrafos, ecólogos, engenheiros químicos e biólogos) e, de acordo com os autores, permitiu aos professores e alunos envolvidos refletir sobre as políticas públicas ambientais relacionadas aos espaços livres urbanos, assim como conhecer as características dos órgãos municipais de planejamento ambiental. Segundo os autores:

os processos de elaboração dos projetos demonstraram que a formação dos alunos de Arquitetura e Urbanismo pode ser ampliada e aprofundada a partir do contato direto com a comunidade e os gestores públicos municipais no desenvolvimento de projetos que aliem o ensino, pesquisa e extensão (p. 43).

É possível concluir, após análise dos trabalhos desenvolvidos e dos dados institucionais da

PROGRAD (Relatórios do GT) disponibilizados, que as parcerias são de extrema relevância para a Universidade, pois, além de oferecer oportunidades de condução de projetos em diferentes modalidades, também possibilitam a vinculação dos alunos em tarefas que surgem a partir de demandas da vida real, muitas vezes, trabalhando com equipes multidisciplinares e com o apoio de profissionais cuja vinculação extrapola o ambiente da Universidade. Além disso, essas atividades desenvolvidas a partir de questões complexas e da vida prática possibilitam uma formação mais completa dos alunos, o que vai ao encontro da missão da Universidade de formar cidadãos éticos, que contribuam de forma significativa na construção da cidadania e de um país mais justo e adequado a todos os brasileiros.

Vale ressaltar que, em especial para a modalidade de estágio obrigatório, as parcerias podem se tornar uma forma eficiente de inclusão dos alunos de diferentes Faculdades em instituições, públicas ou privadas, que possam oferecer oportunidades de aprimoramento acadêmico e capacitação profissional. Diversos estudos realizados em diferentes áreas de formação, entre eles os de Bousso *et al.* (2000), Bolsoni-Silva (2009), Santos *et al.* (2013), Rigobello *et al.* (2018) e Zutião, Costa e Lessa (2018), apontam a importância dos estágios supervisionados para a aprendizagem de competências técnicas variadas, além de outras características relevantes para o desempenho ocupacional futuro, como, por exemplo, o desenvolvimento de habilidades sociais, senso de autonomia, independência, liderança, capacidade de gestão de recursos, entre outras para a prática profissional.

3. MODALIDADES DE AÇÃO NAS PARCERIAS

Até o momento, as modalidades normalmente presentes nos contratos firmados com as parcerias envolvem: Estágios Obrigatórios, Atividades Complementares, Trabalhos de Conclusão de Curso e Disciplinas Curriculares Teóricas e Práticas. Segundo Lopes, Ferreira e Muzzeti (2016), “os trabalhos de Conclusão de Curso, via de regra, são os que suportam as atividades mais teóricas e individuais, aplicando a problemas sociais o conhecimento científico disciplinar (o ideal é que

seja multidisciplinar), com relevantes contribuições como resultados” (p. 20). No entanto, devido à importância e abrangência dos estágios obrigatórios na Graduação, percebem-se as parcerias como possibilidade para atender a essa demanda crescente de campo de estágios para os alunos da Universidade.

4. NECESSIDADES ATUAIS PARA GESTÃO DAS PARCERIAS

Em 2018, após sete anos da assinatura da primeira parceria neste modelo, o Grupo de Trabalho ‘Integração Graduação e Sociedade’ teve como uma das funções compreender, analisar e acompanhar as atividades realizadas em colaboração com os convênios já assinados, bem como se reunir com os parceiros para discutir e avaliar o trabalho até então desenvolvido. Já nas primeiras reuniões foi identificada a necessidade de pensar e propor um fluxo que abrangesse a complexidade das ações e as diversas possibilidades de trabalho junto às parcerias. Desta forma, dois fluxos foram organizados, um para as parcerias já firmadas e outro para novos convênios. Na sequência, o “Fluxo de Parcerias já firmadas” foi discutido com dois entes conveniados, o Ministério Público Federal (MPF) e a Secretaria do Verde e Desenvolvimento Sustentável (SVDS), e, também, foi apresentado a um futuro parceiro, o Centro de Tecnologia da Informação – Renato Archer (CTI). As sugestões oriundas da apresentação do Fluxo aos parceiros foram gradualmente incorporadas à proposta inicial.

A necessidade de organizar melhor o trabalho integrado com as parcerias, o que resultou na elaboração dos fluxos, surgiu para tentar favorecer a preparação das ações, para atender às demandas dos entes conveniados e para facilitar a integração dos projetos com os planos pedagógicos dos cursos envolvidos. Uma outra constatação dos integrantes do GT foi a dificuldade de obter dados, mapear e, principalmente, avaliar os trabalhos em andamento com as parcerias, reforçando a necessidade da elaboração dos fluxos para permitir uma análise das ações e produtos gerados nas parcerias.

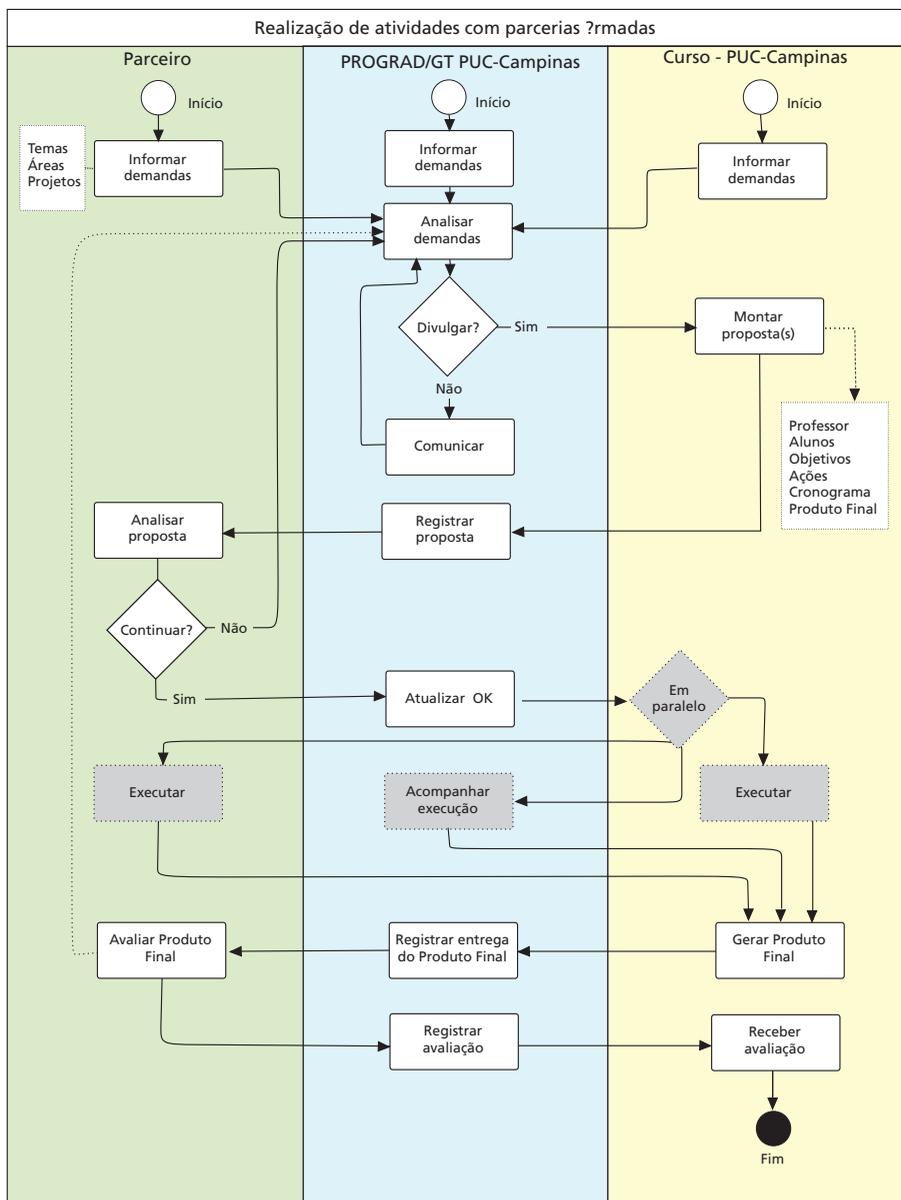
4.1 Fluxos

Os fluxos elaborados pelo GT são apresentados e descritos a seguir.

Os responsáveis pela realização das atividades descritas no fluxo estão representados por três raias: 1) PARCEIRO, entendido como a entidade com a qual a PUC-Campinas já possui um acordo

de parceria para execução de trabalhos; 2) PROGRAD/GT, ou seja, a Pró-Reitoria de Graduação / Grupo de Trabalho, responsáveis por organizar e informar a respeito de novas demandas e sobre o andamento das atividades e artefatos produzidos; e 3) CURSO, envolve alunos, professores, diretores e IAG (Integrador Acadêmico de Graduação), responsáveis por realizar as atividades no Parceiro e informar a PROGRAD/GT.

Figura 1: Fluxo para realização de atividades com parcerias já firmadas



Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

Os produtos de trabalho mais relevantes para as atividades estão representados no fluxo: 1) PROPOSTA DE PROJETO, produto inicial gerado antes da execução do projeto, contendo informações importantes a respeito dos responsáveis e atividades que serão realizadas, tais

como: professor responsável, alunos envolvidos, objetivos, ações previstas, cronograma e produto final esperado; e 2) PRODUTO FINAL, artefato produzido durante e após a execução do projeto, de acordo com o tipo de atividade, conforme descrito no Quadro 2.

Quadro 2: Tipos de atividades e produtos (artefatos) relacionados

Tipo de Atividade	Produto
Estágio Obrigatório	Relatório
Estágio Não Obrigatório	Relatório
TCC	Monografia/Produto
Atividades Complementares	Certificado de Participação
Disciplinas Práticas	Relatório
PET - Programa	Relatório/Produto
Extensão	Relatório
Pesquisa	Relatório

Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

O fluxo é iniciado quando uma possível demanda por atividades for identificada por qualquer um dos três responsáveis (parceiro, PROGRAD/GT ou curso). O responsável pela identificação da necessidade comunica à PROGRAD/GT sobre a possibilidade. A PROGRAD/GT analisa o pedido informado e decide se este deve ou não ser divulgado para as demais partes. Caso a PROGRAD/GT tenha decidido por NÃO divulgar a demanda, esta volta para análise. Caso a PROGRAD/GT tenha decidido por divulgar a demanda, o curso relacionado é acionado para montar a proposta de projeto relativa. A proposta finalizada é enviada para a PROGRAD/GT.

A PROGRAD/GT registra o recebimento da proposta e envia para análise do parceiro.

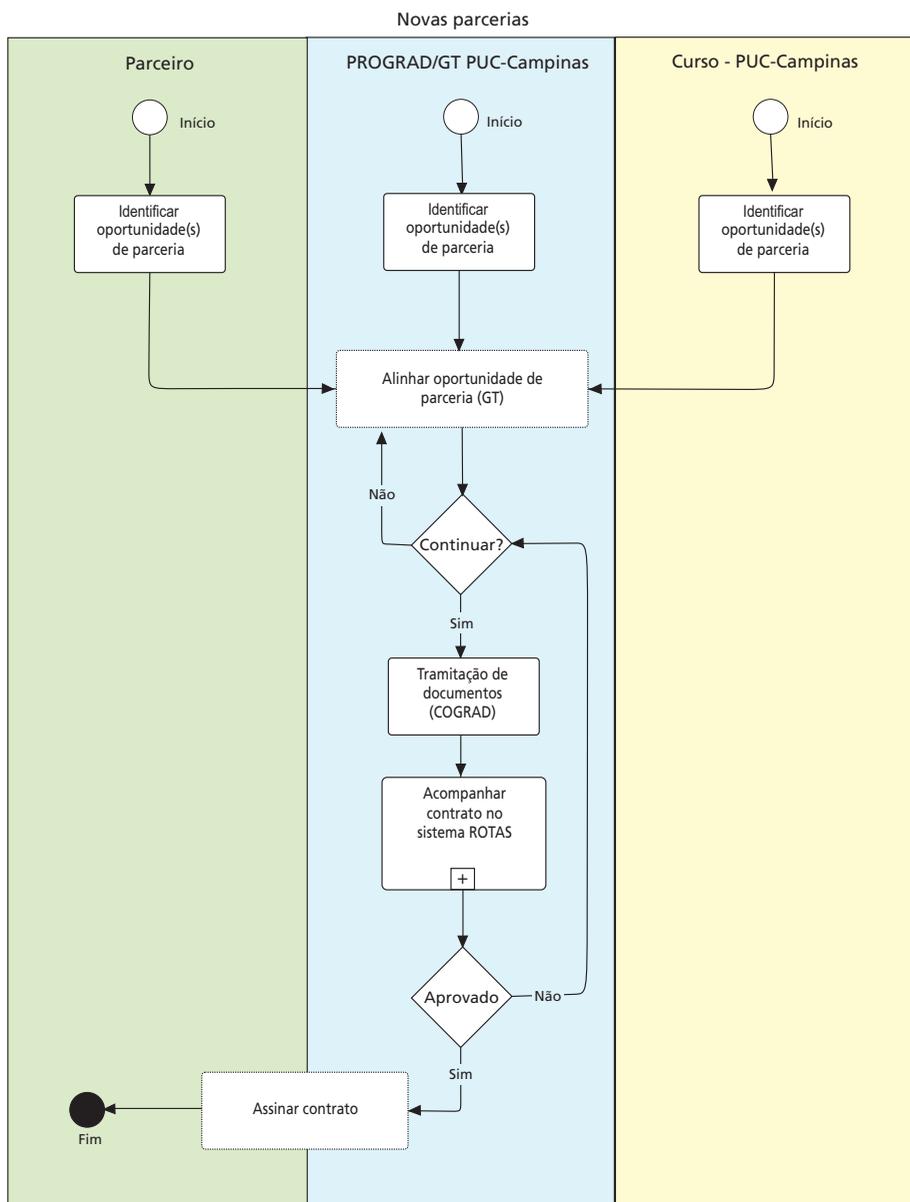
O parceiro, após apreciação, decide se deve ou não prosseguir com o projeto. Caso o parceiro decida por NÃO dar continuidade ao projeto, retorna a demanda para análise da PROGRAD/

GT. Caso o parceiro decida por prosseguir com o projeto, informa a PROGRAD/GT que registra a informação para iniciar os trabalhos. Em paralelo, são executadas as atividades do projeto pelo parceiro e curso, acompanhadas pela PROGRAD/GT.

Ao finalizar os trabalhos, o curso gera o produto final e informa a PROGRAD/GT, que registra o término das atividades e encaminha ao parceiro a produção. O parceiro avalia o produto final em relação à demanda inicial definida, e informa sua avaliação para a PROGRAD/GT, que registra o resultado e comunica ao curso, que, por sua vez, recebe o parecer e finaliza o fluxo.

Os responsáveis pela realização das atividades descritas no fluxo estão representados por três raias: 1) PARCEIRO, entidade identificada como potencial parceira para realização de atividades em conjunto com a PUC-Campinas; 2) PROGRAD/GT, Pró-Reitoria de Graduação / Grupo de Trabalho, responsáveis por organizar e informar a respeito da

Figura 2: Fluxo para realização de novas parcerias



Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

situação da parceria; e 3) CURSO, envolve alunos, professores, diretores e IAG (Integrador Acadêmico de Graduação), responsáveis por identificar potenciais parceiros e/ou atividades que demandem novas parcerias.

Os produtos de trabalho mais relevantes para as atividades estão representados no fluxo:

CONTRATO DE PARCERIA, acordo firmado entre o parceiro e a PUC-Campinas.

O fluxo é iniciado quando determinada entidade é identificada como potencial parceira para realização de trabalhos em conjunto com a PUC-Campinas. Qualquer parte envolvida no fluxo (parceiro, PROGRAD/GT ou curso) pode identificar

a parceria em potencial. A PROGRAD/GT alinha a oportunidade de cooperação com as outras partes interessadas (parceiro e curso), e decide se a cooperação deve ser efetivada ou não: caso a PROGRAD/GT tenha decidido por NÃO efetivar a parceria, esta volta para análise; porém caso a PROGRAD/GT tenha decidido por concretizar a parceria, esta envia ao parceiro o conjunto de documentos necessários para firmar o contrato. A PROGRAD/GT inclui o contrato e acompanha seu trâmite no sistema ROTAS.

Durante a tramitação, o contrato pode ser aprovado ou não: caso NÃO seja aprovado, este volta ao passo anterior em que a PROGRAD/GT decide se a parceria deve ser efetivada ou não. Se aprovado, o contrato é encaminhado para assinatura dos envolvidos. Após registrar o recebimento da proposta, a PROGRAD/GT a envia para análise do parceiro.

Vale ressaltar que os fluxos desenvolvidos pelo GT ainda necessitarão passar pelos órgãos institucionais responsáveis pela sua adequação antes da oficialização do material pela PROGRAD.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhos realizados junto às parcerias ao longo dos últimos sete anos sugerem a relevância desta proposta, um modelo de cooperação bilateral oferece a oportunidade de incluir componentes da realidade à vida acadêmica, tendo em vista que os projetos desenvolvidos nas parcerias surgem sempre de demandas da vida real, e, em diversos casos, os trabalhos dos alunos precisam ser conduzidos de forma integrada com os profissionais da unidade parceira, que são, muitas vezes, de outras áreas de formação. Tal fato qualifica a formação profissional dos discentes e contribui para uma formação necessária à prática profissional na atualidade, pois oferece uma possibilidade de ação multidisciplinar.

No entanto, vale ressaltar a necessidade de desenvolvimento de formas controladas para o encaminhamento dos projetos integrados nas parcerias, de modo que seja possível um mapeamento mais eficiente das ações desenvolvidas, bem como

uma melhor avaliação dos projetos construídos e efetivados com as entidades parceiras, ou seja, é necessário aprimorar os instrumentos de gestão das parcerias. Além disso, precisa-se criar um processo de registro e certificação da participação, de modo a valorizar as ações desenvolvidas, tanto para os alunos quanto para os professores.

Para finalizar, é importante salientar a missão da Universidade e a importância das parcerias principalmente no que se refere à possibilidade de capacitação profissional de excelência e à formação integral da pessoa humana, com ênfase em valores ético-cristãos. Além disso, pela análise dos perfis dos entes conveniados, é possível concluir que oferecem a possibilidade de o aluno se envolver na construção de uma sociedade digna e solidária, muita necessária para construção de um país mais justo para todos os seus cidadãos.

REFERÊNCIAS

- BOLSONI – SILVA, A. T. Supervisão em habilidades sociais e seu papel na promoção deste repertório em estagiários de psicologia. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, Campinas, v. 5, n. 1, p. 18-34, 2009.
- BOUSSO, R.S.; MERIGHI, M. A. B.; ROLIM, M.A.; RIESCO, M.L.G; ANGELO, M. Estágio Curricular em Enfermagem: transição de identidades. **Revista da Escola de Enfermagem** da USP, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 218-225, jun, 2000.
- FERRAZ, D. P. R.; PONTES, V. S.; RODRIGUES, D. M.; REZENDE, E. R. S.; MUZZETTI, F. A.; NETO, J.E.; MENDEZ, R. B. PUC-Campinas e a parceria inédita com o Ministério Público Federal para construção da cidadania no projeto Teia Social. **Revista Série Acadêmica**, PUC-Campinas, n. 30, p. 5-18, jan/dez, 2014.
- LOPES, A. M. M.; FERREIRA, C.S.; MUZZETTI, F. A. A Investigação Acadêmica Aplicada em Problemas Públicos – a Experiência da Parceria PUC-Campinas e Ministério Público Federal. **Revista Série Acadêmica**, PUC-Campinas, n. 33, p. 19-24, jan/jun, 2016.
- PEREIRA, R. B.; GODOY JÚNIOR, A. B.; RIBEIRO, D. H.; MAIA, D. P.; MARTINI, F.; SANTOS, M. S.A.; LAZARIN, R.; RODA, R. R.; BARTOLO, V. B.; PEREIRA, B. S.; PILOT, B.P.; LIMA, C. D.; CARLOS JR. J. C.; JANSEN, L. C.; VILELA, M. C.; MARIANO, M. B.; KAMMER, M.; CANDIDO,

P. H. Projeto desenvolvido pelo PET Arquitetura através do Convênio entre a Pró-Reitoria de Graduação da PUC-Campinas e a Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Prefeitura de Campinas (SVDS). **Revista Série Acadêmica**, PUC-Campinas, n. 33, p. 29-44, jan/jun, 2016.

RIGOBELLO, J. L.; BERNARDES, A.; MOURA, A. A.; ZANETTI, A. C. B.; SPIRI, W. C.; GABRIEL, C. S. Estágio Curricular Supervisionado e o desenvolvimento das competências gerenciais: a visão de egressos, graduandos e docentes. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 1-9, 2018.

SANTOS, K. T.; FERREIRA, L.; BATISTA, R. J.; BITENCOURT, C.T.F.; ARAÚJO, R. P.; CARVALHO, R. B. Percepção discente sobre a influência de Estágio extra muro na formação acadêmica odontológica. **Revista Odontológica UNESP**, São Paulo, v. 42, n. 6, p. 420-425, nov-dez, 2013.

ZUTIÃO, P.; COSTA, C. S. L.; LESSA, T.C.R. Habilidades sociais em universitários com diferentes experiências de preparação para o trabalho. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 24, n. 2, p. 261-276, abr-jun, 2018.